



**ATA DA REUNIÃO DE  
DEZ DE FEVEREIRO DE 2026**

-----No dia dez de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião da Câmara Municipal de Góis, sob a presidência do senhor António Rui de Sousa Godinho Sampaio, na qualidade de Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Jaime Miguel Fernandes Garcia, Nuno Miguel Martins Bandeira, Paula Cristina Silva Matos Neves e Ana Paula Rodrigues Gonçalves. -----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Liliana Maria Rosa Pinto. -----

-----Seguidamente declarou aberta a reunião pelas dez horas, dando início à ordem de trabalhos.-

**1 – ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**1.1. – FALTAS -----**

**1.2 – INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----**

**1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES-----**

**2 – PÚBLICO-----**

**3 – ORDEM DO DIA -----**

**3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----**

**3.2 – ANMP/DISTRIBUIÇÃO DE JORNAIS EM RISCO EM VÁRIOS MUNICÍPIOS-----**

**3.3 – ANMP/REUNIÕES ENTRE A ANMP E O GOVERNO - PRINCIPAIS APONTAMENTOS-----**

**3.4 – ERSUC - PRONÚNCIA DO CONSELHO CONSULTIVO – RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA SOBRE A TARIFA REGULADA-----**

**3.5 – CONCESSÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS OU FORMANDOS/PROCESSO Nº 2026/650.10.100/1 -----**

**3.6 – FOGO CONTROLADO - POVOAMENTOS FLORESTAIS DA MATA DA OITAVA - ENQUADRAMENTO E PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO E ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS – ICNF-----**

**3.7 – LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO OU RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2025/450.10.064/13-----**

**3.8 – LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO OU RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2025/450.10.064/14-----**

**3.9 – LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO OU RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2026/450.10.064/01-----**

**3.10 – INFORMAÇÃO TÉCNICA SOBRE OS PARECERES NO ÂMBITO DO RJAAR-----**

**3.11 – AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM REGIME DE BAIXA TENSÃO NORMAL, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E MÉDIA TENSÃO, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA EM REGIME DE MERCADO LIVRE EM PORTUGAL (CNCM–AQ/105/2024) – LOTE 1, PROMOVIDO PELA CENTRAL NACIONAL DE COMPRAS MUNICIPAIS (CNCM)-----**

**3.12 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES-----**

**3.13 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----**

**4 – APROVAÇÕES EM MINUTA -----**

**1 – ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**1.1 – FALTAS – Não houve.-----**

**1.2 – INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE –** O senhor Presidente iniciou a sua intervenção informando que na sequência da intervenção do senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia sobre o rio Ceira informou que foram tomadas démarches juntos das competentes entidades, tendo sido remetido e-mail à APA – ARH Centro, no passado dia 03.02.26, bem como ao promotor/dono de obra EDP. Informou ainda que no portal oficial da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), InfoÁgua, criado para fornecer informação pública sobre a água em Portugal, está disponível: a Qualidade da água nas praias; a Situação das secas em bacias hidrográficas; os Alertas de cheias e eventos extremos. Relativamente à barragem do Alto Ceira II informou não existirem quaisquer dados, contudo, é possível obter informações sobre outras barragens através do mesmo portal. Em relação à qualidade da água do rio Ceira, informou que a monitorização é efetuada pela APA – ARH Centro apenas durante a época balnear, sendo os resultados disponibilizados publicamente no Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), e também no site municipal.-----

-----Na sequência destas últimas intempéries referiu ter sido feito um registo fotográfico de alguns situações ocorridas nas freguesias do concelho tendo para o efeito o mesmo sido visualizado pelo Executivo.-----

-----Ainda sobre as condições climatéricas adversas que se fizeram sentir informou que entre os dias 28 de janeiro e 09 de fevereiro de 2026, a Proteção Civil registou 71 ocorrências no território

do concelho, relacionadas com quedas de árvores, deslizamentos de terras e de vertentes, danos em estruturas, danos na rede de abastecimento de água, obstruções de passagens hidráulicas e aquedutos, movimentos de massas e desabamentos de estruturas edificadas. Destas ocorrências destacou sete consideradas significativas para a rede viária e abastecimento de água do Município: EN342-3 km 9,5; EN2 KM269; CM 1366; EM 453 KM 9,3 e Km 8,1; Estrada Colmeal/Ádela e Conduta de abastecimento de água EN2 Chã de Alvares, não se encontram incluídas as ocorrências respondidas pelo Corpo de Bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis. Ainda nesta matéria, referiu que o Município tem equipas no terreno a realizar o levantamento e inventário dos prejuízos resultantes da passagem da tempestade Kristin no território do concelho, desde o dia 28.01.2026. Referiu que, numa fase inicial, foram mobilizadas duas equipas multidisciplinares, constituídas por técnicos das áreas da Proteção Civil, Urbanismo e Ação Social, com o objetivo de registar as ocorrências prioritárias. Estas equipas percorreram todas as freguesias do concelho até ao dia 30.01.2026. Paralelamente, e com vista à reposição urgente de coberturas danificadas, referiu ter sido destacada uma equipa, composta por dois técnicos dos serviços operacionais do Município, durante o fim de semana de 31.02.26 e 01.02.26, que procedeu ao levantamento do tipo de telha e da área de cobertura afetada. Esta informação permitiu dar resposta às situações mais urgentes identificadas pela autarquia. Atendendo à dimensão dos estragos e prejuízos registados, em especial na freguesia de Alvares, referiu que a Autarquia definiu as seguintes medidas com vista à recolha célere e eficaz da informação: criação de um endereço de correio eletrónico específico para o reporte de danos: [calamidades@cm-gois.pt](mailto:calamidades@cm-gois.pt); constituição de duas equipas técnicas, compostas por dois técnicos cada, para a realização de levantamentos no terreno desde 02.02.2026; instalação de dois postos de atendimento fixos, localizados na Comissão de Melhoramentos das Cortes e na Junta de Freguesia de Alvares, a funcionar nos dias 05, 06, 07 e 09 de fevereiro de 2026, no horário das 10h00 às 12h30 e das 13h30 às 16h00. Mais referiu que o novo canal, [calamidades@cm-gois.pt](mailto:calamidades@cm-gois.pt), tem como objetivo agilizar a sinalização das diferentes tipologias de ocorrências registadas desde o dia 28 de janeiro de 2026, permitindo uma recolha estruturada de informação relevante para o acompanhamento da situação no território. Para facilitar o tratamento dos dados e a correta identificação das ocorrências, os munícipes devem indicar, no envio do email, os seguintes elementos: Nome completo; Contacto telefónico; Localização exata

da ocorrência; Breve descrição dos danos e prejuízos; Fotografias que evidenciem os prejuízos. Este levantamento tem carácter meramente informativo ou de inventariação, não dispensando a apresentação de candidaturas às medidas de apoio que venham a ser disponibilizadas, nem a comunicação obrigatória às seguradoras por parte dos munícipes. Alerta-se ainda os proprietários que, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-A/2026, a prestação de falsas declarações, a utilização de fundos para fins diversos dos aprovados ou o incumprimento grave das obrigações assumidas, determina a revogação do apoio e a restituição das quantias recebidas, acrescidas de juros legais, sem prejuízo de responsabilidade contraordenacional ou penal legalmente adveniente. A Câmara Municipal da Góis encontra-se, igualmente, a aguardar esclarecimentos das entidades competentes quanto aos procedimentos a adotar no âmbito dessas candidaturas, de forma a prestar informação adicional logo que estejam definidos os respetivos enquadramentos.-----

-----O senhor Presidente referiu que dos levantamentos efetuados foi possível apurar os seguintes números provisórios em todo o concelho: 1ª habitação – 53 habitações; 2ª habitação – 220 habitações; Anexos – 6; Equipamentos – 0; Atividade económica – 4; Património Municipal – 26; Património – 2; Equipamento turístico – 1; Infraestruturas – 14; IPSS/Coletividades – 3. ----

-----Relativamente ao atendimento ao público, no posto de atendimento de Alvares referiu que foram atendidas 26 pessoas entre os dias 05 e 09 de fevereiro, enquanto no posto das Cortes foram atendidas cerca de 50 pessoas. Acresce aos danos enumerados os que ocorreram em sinalização vertical no concelho de estradas nacionais e municipais.-----

-----Ainda sobre a situação de calamidade decorrente da tempestade Kristin deu conhecimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-A/2026, de 3 de fevereiro, a qual fixa o regime de apoios financeiros a atribuir na sequência da declaração da situação de calamidade; a Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-B/2026, de 30 de janeiro, que declara a situação de calamidade na sequência dos danos causados pela tempestade Kristin para um conjunto de concelhos, fazendo o concelho de Góis parte do mesmo; a Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-C/2026, de 01 de fevereiro, a qual prorroga a a declaração de calamidade decorrente da tempestade Kristin, determinada pela anterior Resolução até às 23h59 do dia 8 de fevereiro de 2026. Deu ainda conhecimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-B/2026, de 3 de fevereiro, referente à criação de linhas de crédito para apoio à reconstrução das zonas afetadas

pela tempestade Kristin, e também da Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-C/2026, 3 de fevereiro que cria a Estrutura de Missão «Reconstrução da região Centro do País», com a missão de coordenar e monitorizar as ações de recuperação, reconstrução e revitalização das áreas atingidas pela tempestade Kristin, assegurando a articulação entre os diversos serviços e entidades da Administração Pública central e local e demais entidades envolvidas.-----

----Ainda na sequência da tempestade Kristin referiu registar-se danos significativos nas infraestruturas da Altice Portugal resultando em disrupções nos serviços de comunicações fixas e móveis, tendo sido comunicado a existência de 28.000 mil postos danificados, estando no terreno cerca de 1500 profissionais, sendo cerca de 2500 clientes afetados, sendo as zonas mais afetadas prioritárias no que concerne à reposição dos serviços. -----

-----A Agência para a Reforma Tecnológica do Estado (ARTE), entidade responsável pela gestão da rede nacional de Lojas de Cidadão e Espaços Cidadão, mobilizou profissionais de atendimento para apoiar as populações afetadas pela tempestade no acesso a serviços públicos essenciais e no preenchimento dos formulários de apoio. As equipas dos Espaços Cidadão móveis prestam apoio presencial direto na identificação dos apoios disponíveis, no esclarecimento de dúvidas e no acesso a serviços públicos essenciais. Os profissionais garantem o acompanhamento a quem não consegue recorrer aos canais digitais devido à falta de eletricidade, internet ou equipamentos. Neste sentido, informou que, no dia de hoje, irá circular no concelho uma equipa dos Espaços Cidadão móveis para apoiar a população no acesso e submissão de candidaturas a apoios sociais.-----

-----Relativamente à possibilidade da prestação de serviços de saúde através de telemedicina no concelho informou que, no passado dia 04.02.26, realizou-se reunião com uma equipa da ULS de Coimbra, tendo ficado acordado realizar uma visita, no próximo dia 18 de fevereiro, aos locais onde se pretende implementar este serviço, Freguesia de Alvares e Vila Nova do Ceira, para que os espaços reúnam condições para que se possa prestar esse tipo de atendimento. Na Freguesia de Vila Nova do Ceira o serviço está previsto às segundas-feiras, no período compreendido entre as 11.00 horas e as 13.00 horas e, na Freguesia de Alvares às sextas-feiras no mesmo horário, sendo um complemento ao serviço prestado nesta freguesia, bem como em Vila Nova do Ceira, procedimentos que terão que ser articulados com o Centro de Saúde de Góis, porquanto estas consultas preveem um agendamento prévio, sendo uma mais-valia para estas duas freguesias a

disponibilidade deste serviço aos utentes. Ainda em matéria de saúde, informou ter reunido com o senhor Dr. Paulo Antunes, Coordenador do Centro de Saúde de Góis, porquanto em reunião do CLAS foram colocadas questões pelas IPSS's que carecem de resposta, tendo sido informado que no dia de ontem entrou ao serviço uma nova médica, tendo regressado o médico que se encontra de baixa, estando previsto, nas próximas quatro semanas, o regresso de uma das médicas ausente por motivos de saúde. Naturalmente, pretende-se repor a normalidade da prestação dos serviços de cuidados de saúde, tanto durante a semana como ao fim de semana.-----

-----Terminou, enaltecendo e reconhecendo o trabalho da Associação Florestal do Concelho de Góis que, recentemente, comemorou o 25º Aniversário, apresentando uma palavra de apreço e reconhecimento às pessoas que estiverem na génese desta Associação porquanto olharam para o nosso território, com uma vasta área florestal, e, por esse mesmo facto, necessitaria de ter uma organização desta natureza que pudesse apoiar os produtores florestais e aproveitar os fundos comunitários que não podiam ser aproveitados pelos organismos públicos. A AFG tem tido um crescimento sustentado, tem melhorado as suas instalações, adquirido equipamento para as suas ações no terreno, e, nessa ótica, pode prestar um serviço diferenciado aos produtores do nosso concelho, tendo um número de profissionais ao serviço o que, naturalmente, promove a empregabilidade concelhia. Acresce, o trabalho executado pelas Equipas de Sapadores Florestais, que importa referir nas ocorrências verificadas durante as intempéries que ultimamente se fizeram sentir. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

**1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES** – A senhora Vereadora Ana Paula Rodrigues Gonçalves na sequência das imagens relativas aos danos causados pela tempestade Kristin no nosso concelho referiu não poder ficar indiferente a parte destas e, neste âmbito, apresentou a sua solidariedade para com as pessoas que viram os seus bens danificados, adquiridos ao longo da sua vida, e de uma hora para a outra verem-nos destruídos e até mesmo ficarem sem estes não deverá ser fácil, pelo que endereçou a todos uma palavra de ânimo e de força. Nesta ótica, agradeceu a todos as Pessoas e Entidades que, desde a primeira hora, deslocaram-se ao terreno, dirigindo um cumprimento na Pessoa do senhor Presidente da Câmara Municipal a todas as pessoas e entidades, porque de forma célere tentaram prestar apoio a todas as freguesias, às pessoas, equipamentos do Município, vias de comunicação, trabalho que não tem sido fácil,

apresentando este reconhecimento na sequência de todas as ocorrências provocadas por esta intempérie. No âmbito da reunião com o senhor Coordenador do Centro de Saúde de Góis agradeceu a comunicação remetida à sua pessoa sobre os assuntos abordados, congratulando-se pela solução da mais uma médica ao serviço desta unidade de saúde, aguardando-se o regresso de uma das profissionais afetas a este serviço.-----

-----Seguidamente referiu que os Vereadores do Partido Socialista associam-se à congratulação pela eleição de António José Seguro como Presidente da República Portuguesa, desejando-lhe um mandato pautado pelo respeito pela Constituição, pela coesão nacional e pela valorização de todo o território. Entendem que esta eleição representa uma oportunidade para reforçar a proximidade entre a Presidência da República e os territórios do interior, como o concelho de Góis, que enfrentam desafios estruturais ao nível da demografia, da mobilidade, do desenvolvimento económico e da coesão social. Nesse sentido, recomendam ao senhor Presidente da Câmara Municipal que, em representação do Município, dirija um convite formal ao senhor Presidente da República para visitar o concelho de Góis, agora na sua nova qualidade institucional, permitindo dar visibilidade às nossas potencialidades, mas também aos desafios concretos que se colocam às populações do interior. Consideram que uma visita presidencial a Góis seria um sinal relevante de atenção, proximidade e reconhecimento do papel dos pequenos concelhos na construção de um país mais equilibrado e solidário.-----

-----Prosseguiu, referindo que, na sequência da intervenção já realizada na reunião da Câmara Municipal de 28/11/2025 sobre o estado da sinalização e das acessibilidades no concelho, voltava a insistir numa matéria que exige resposta urgente, pela sua ligação direta à segurança, à inclusão e à qualidade de vida no espaço público. Sublinhou que persistem, em vários pontos da vila e das freguesias, acessos desnivelados, passeios sem rebaixamento adequado e ligações entre zonas pedonais que dificultam ou mesmo impedem a circulação de pessoas com mobilidade condicionada, idosos, utilizadores de cadeiras de rodas ou famílias com carrinhos de bebé. Assinalou que esta realidade contrasta com o esforço que o Município tem vindo a fazer, e que reconhece, no reforço de equipamentos de apoio à mobilidade, nomeadamente através da recente aquisição de cadeiras de rodas motorizadas no âmbito do PRR, as quais foram cedidas às IPSS locais. Acrescentou, contudo, que a acessibilidade não se esgota na disponibilização de equipamentos, concretizando-se sobretudo na forma como o espaço público é pensado, mantido

e adaptado para todos. Nesse sentido, apelou à intervenção urgente nos pontos mais críticos, onde os desníveis e a ausência de soluções simples criam obstáculos reais à mobilidade; à correção progressiva de passeios e acessos, de acordo com critérios técnicos básicos de acessibilidade; e à definição de um plano faseado e realista que permita corrigir estas situações de forma contínua e responsável. Concluiu, referindo não estarem em causa obras complexas ou investimentos incomportáveis, mas antes pequenas intervenções com grande impacto humano, salientando que garantir acessos dignos e seguros constitui um sinal de respeito pelas pessoas e um compromisso com um concelho mais inclusivo, deixando o apelo nesse espírito de colaboração e responsabilidade.-----

-----A senhora Vereadora referiu que o Município anunciou recentemente a realização do Chronosphere Festival 2026, a decorrer entre 21 e 23 de agosto, no Parque do Lazer do Baião, iniciativa que, pela sua dimensão e natureza, merece uma apreciação cuidada por parte da Câmara Municipal. Sem colocar em causa o interesse cultural, artístico e inovador do evento, considerou, contudo, necessário solicitar esclarecimentos objetivos sobre vários aspetos essenciais para uma avaliação responsável da iniciativa. Em primeiro lugar, questionou quais são concretamente as responsabilidades assumidas pelo Município no âmbito do festival, designadamente quanto a eventual apoio financeiro direto ou indireto, disponibilização de infraestruturas, equipamentos e recursos humanos, encargos com segurança, limpeza, proteção civil, trânsito e saúde pública, bem como eventuais responsabilidades contratuais ou garantias assumidas. Em segundo lugar, solicitou esclarecimento sobre se foi efetuada uma avaliação prévia dos impactos logísticos, operacionais e financeiros, atendendo a que o festival ocorre poucos dias após a Concentração Internacional de Mototurismo, evento que mobiliza milhares de participantes e utiliza o mesmo espaço e infraestruturas. Nesse contexto, questionou se existe planeamento articulado entre os dois eventos, se está garantida a capacidade de resposta dos serviços municipais e dos agentes de proteção civil e se foram ponderados os impactos acumulados ao nível do desgaste das infraestruturas, pressão ambiental, ruído, resíduos, mobilidade e segurança. Por fim, solicitou que seja clarificado o modelo de retorno esperado para o concelho, não apenas em termos promocionais, mas também económicos e sociais, bem como os mecanismos previstos para salvaguardar o interesse público e minimizar riscos. Concluiu

afirmando que eventos desta natureza devem ser enquadrados numa estratégia clara, transparente e sustentável, sobretudo quando envolvem recursos municipais e coexistem com outras iniciativas de grande escala no mesmo período, deixando assim formulados os esclarecimentos em nome da responsabilidade e do interesse do concelho.-----

-----O senhor Presidente referiu que irá endereçar convite a Sua Excelência o senhor Presidente da República, Dr.º António Seguro, para se deslocar ao concelho de Góis. Sobre a questão das acessibilidades informou não estar esquecida, ainda que presentemente existam outras prioridades, contudo a seu tempo as mesmas irão ser realizadas. Em relação ao Chronosphere Festival informou que o senhor Vice-Presidente irá proceder aos esclarecimentos a algumas das questões apresentadas.-----

-----O senhor Vice-Presidente referiu que o Executivo, no mandato anterior, celebrou protocolo com a Fox Fleet Unipessoal Lda, empresa promotora do evento, estando no documento as obrigações de cada outorgante, salientando não haver a transferência de capital para a organização, havendo sim a disponibilização de alguns espaços propriedade do Município, apoio institucional e promocional e apoio logístico, pretendendo a empresa aproveitar parte da logística anteriormente disponibilizada para as Festas do Município e também da Concentração Mototurística. Informou que o evento será limitado a 5000 participantes, não estando prevista a utilização de toda a área da concentração. A colaboração do Município com a organização deste evento foi ponderada e devidamente estudada, justificando-se pela necessidade de termos uma oferta distinta, aproveitando as nossas potencialidades, sendo um facto que o desejável era que se realizasse ser em outra época do ano, mas sendo a primeira edição, iremos verificar como irá sendo a primeira edição iremos verificar como irá correr, estando a entidade promotora disponível para organizar outros eventos no nosso território, reconhecendo o potencial existente no nosso concelho para a promoção de eventos, fazendo parte da organização uma munícipe residente nas Mestras.-----

-----A senhora Vereadora Paula Cristina Silva Matos Neves referiu que dada a conjuntura que atravessa o nosso concelho e o país não pode deixar de apresentar uma palavra de apreço ao senhor Presidente na qualidade de figura máxima da Proteção Civil, agradecimento extensivo a todas as pessoas e forças envolvidas na mitigação dos estragos pelas sucessivas intempéries que têm assolado o nosso território, os Bombeiros, a Proteção Civil do Município, os Trabalhadores

dos serviços externos, a Associação Florestal, a GNR, reconhecendo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no terreno não tendo para o efeito havido um momento de descanso, trabalhos realizados em situações adversas e perigosas, como podemos acompanhar nos órgãos de comunicação social, pelo que reiterou o seu agradecimento pelo trabalho até então realizado e também por todo aquele que irá ainda ser realizado.-----

-----Em termos da agenda cultural fez referência ao filme a Memória do Cheiro das Coisas, transmitido no dia 31.01.26, no auditório da Casa da Cultura de Góis, retratando a película a situação de um veterano da guerra colonial, retrato de algumas pessoas que não tiveram uma infância e juventude fácil, estando a viver a sua velhice numa instituição, explorando a fragilidade da condição humana, a inevitabilidade da morte, abordando questões prementes da nossa sociedade, como o envelhecimento populacional, recomendando a todos que se tiverem oportunidade de ver o filme que o façam. Felicitou a Associação Educativa e Recreativa de Góis pelo concerto da Filarmónica e do Coro Misto com que nos brindou no passado dia 01.02.25, iniciativa que, numa primeira fase, deveria ter sido realizada no Programa Retratos de Natal, e pelo facto de ter havido alguns constrangimentos foi reagendado para o Ano Novo, não tendo havido essa mesma oportunidade, tendo sido apenas ora realizado o que fez com que o relatório tivesse sido reajustado, reputando-o de grandioso, agradecendo a todos os intervenientes bem como a todos quantos se associaram a este momento cultural, porquanto este trabalho associativo sem público não faz sentido, sendo muito gratificante ter a casa cheia a assistir ao trabalho promovido pelos nossos conterrâneos para podermos desfrutar de um excelente espetáculo cultural. No âmbito das comemorações de Homenagem a Monsenhor Nunes Pereira, informou que os alunos que frequentam o 6º ano no Agrupamento de Escolas de Góis, no dia de amanhã, irão ao Seminário Maior de Coimbra assistir à peça de teatro “Todos ao Monte e Fé em Deus”, uma criação das companhias de teatro Encerrado para Obras e NAVIO. A peça tem como base os “Contos de Fajão”, um importante trabalho de etnografia e folclore popular recolhido por Nunes Pereira por Nunes Pereira a partir da tradição oral da antiga vila de Fajão, no concelho da Pampilhosa da Serra.-----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia iniciou a sua intervenção associando-se às felicitações à Associação Florestal do Concelho de Góis, pela comemoração do 25º Aniversário,

marco importante que destaca o papel fundamental da associação na gestão e valorização do património florestal local, reforçando a sua presença na região pelo serviço prestado à comunidade.-----

-----Relativamente à referência pelo senhor Vice-Presidente ao protocolo celebrado entre o Município de Góis e a empresa promotora do Chronosphere Festival solicitou que lhe fosse facultada cópia do documento, considerando ser um evento interessante e importante, incidido a sua preocupação em termos de infraestruturas e o impacto que este possa vir a ter na nossa comunidade, pelo facto de agosto ser um mês de muita pressão devido ao número de eventos existentes no concelho.-----

-----Conforme informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara, referiu que as recentes tempestades que atingiram o concelho de Góis tiveram impactos muito significativos, ao nível humano e material, não podendo ser tratadas como um episódio menor ou pontual. Manifestou, em primeiro lugar, solidariedade para com as famílias das vítimas mortais registadas no país em consequência direta destes fenómenos extremos, propondo que a Câmara Municipal se associasse a um voto de pesar, num momento que considerou exigir humanidade e responsabilidade coletiva. No plano local, salientou que os danos foram extensos e persistentes, designadamente em habitações, infraestruturas municipais, caminhos rurais, redes de água e saneamento, taludes e linhas de água, resultando não apenas da intensidade pontual das tempestades, mas sobretudo da sua duração prolongada. Destacou, em particular, a ativação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, as cheias severas do rio Ceira e as falhas prolongadas de energia e comunicações, com especial incidência em freguesias como Alvares, afetando populações já estruturalmente vulneráveis. Sublinhou ainda uma realidade estrutural do concelho, referindo tratar-se de um território de grande dimensão, com forte dispersão de localidades e uma rede viária extensa, circunstâncias que agravam os efeitos destes fenómenos e dificultam a resposta no terreno. Enalteceu, de forma clara, a resposta dos serviços municipais, das Juntas de Freguesia, dos Bombeiros Voluntários, da Proteção Civil, da GNR, dos Sapadores Florestais e das próprias populações, bem como o empenho do Senhor Presidente da Câmara, considerando que essa resposta de proximidade evitou danos maiores e demonstrou a resiliência do território. Registou, com satisfação, a confirmação de que o concelho de Góis foi incluído na declaração de estado de calamidade, considerando essa decisão justa e necessária, sublinhando,

contudo, a importância de garantir que tal enquadramento se traduza em apoio efetivo no terreno. Nesse sentido, e atendendo a que na intervenção do senhor Presidente não fora prestado esse esclarecimento, questionou se já existia uma estimativa preliminar dos prejuízos causados no concelho. Por fim, alertou para o risco de os prazos atualmente previstos no PRR não serem compatíveis com a realidade que se avizinha, marcada por escassez de mão de obra, limitações operacionais e acumulação de intervenções urgentes em todo o país, referindo que, sem prorrogações realistas, poderá verificar-se a existência de verbas disponíveis sem correspondência na execução de obras no terreno. Concluiu afirmando que o concelho de Góis necessita de apoio efetivo, respostas céleres e coordenação entre níveis de poder, devendo a Câmara Municipal afirmar essa necessidade com clareza.-----

-----O senhor Vereador prosseguiu a sua intervenção referindo que na sessão da Assembleia Municipal, realizada no dia 2 de fevereiro, na Casa do Povo de Ponte do Sótão, foi lançado pela senhora Liliana Serra, membro do Grupo Municipal do PS, um desafio político claro sobre o futuro da antiga Fábrica de Papel. Recordou que, nessa ocasião, o senhor Presidente da Câmara Municipal reconheceu tratar-se de um equipamento com forte significado para a aldeia e para o concelho, que no passado gerou emprego e contribuiu para a fixação de população, encontrando-se atualmente sem utilização e sendo propriedade privada, circunstância que exige contacto com o respetivo proprietário para qualquer solução futura. Partindo desse reconhecimento, o senhor Vereador considerou que não basta partilhar a preocupação, sendo necessário agir, tendo, nesse sentido, apresentado recomendações concretas ao Executivo. Em primeiro lugar, propôs a realização de contactos formais com o proprietário, com vista a avaliar soluções como aquisição, comodato ou outra forma jurídica que permita ao Município intervir. Em segundo lugar, sugeriu a promoção de uma avaliação técnica e estratégica do edifício, destinada a conhecer o seu estado de conservação e o potencial de reutilização. Em terceiro lugar, defendeu a análise de usos concretos e compatíveis para o espaço, designadamente a valorização da memória industrial através de um núcleo museológico e a criação de um espaço de incubação empresarial ligado à inovação, à economia verde e a novas formas de produção, nomeadamente as ligadas à indústria 4.0 e 5.0. Sublinhou ainda que, num momento em que a Ponte do Sótão começa a recuperar capacidade de atrair novos moradores, é fundamental que o Município acompanhe essa dinâmica com projetos estruturantes, evitando o abandono

daquele património. Concluiu afirmando que reconhecer o problema é importante, mas dar-lhe sequência política é indispensável, sendo essa a expectativa política deixada ao Executivo.-----

-----O senhor Presidente primeiramente colocou o Voto de Pesar à votação, tendo o mesmo sido deliberado por unanimidade.-----

-----Na sequência das recentes tempestades referiu não existir ainda uma estimativa preliminar relativamente aos prejuízos pelo facto de, presentemente, não nos ser possível avaliar todas as situações, tendo para o efeito exemplificado com o açude da Praia Fluvial da Peneda, estrutura que, possivelmente, ficou ainda mais danificada. Em relação à questão dos seguros referiu ser possível a apresentação de candidatura, uma vez que irá ser verificado se o requerente tem ou não seguro e se foi ressarcido, não sendo motivo impeditivo para a candidatura, uma vez que existe uma declaração de compromisso na qual o requerente terá que informar se foi ou não ressarcido por parte do seguro, a ter sido terá que devolver o que tiver recebido a mais, não estando previsto que a candidatura fique parada pelo facto de a companhia de seguros não ter respondido. Ainda sobre ser ressarcido de danos pelas companhias de seguro informou que um munícipe recorreu e a sua seguradora foi célere a aceder ao seu pedido. Informou ainda que, no dia de hoje, foi publicado um diploma que enquadra as situações efetuadas ao nível da habitação, existindo um conjunto de regras definidas não tendo ainda tido oportunidade para o analisar. Em relação à antiga Companhia de Papel de Góis todos reconhecemos a importância que esta empresa teve no concelho no passado, sendo desejo que houvesse intervenção estrutural no edifício que pudesse dotá-lo de capacidade para poder tornar-se numa mais-valia para Góis e, também, para a localidade da Ponte do Sótão, havendo múltiplas funções para o qual podia ser destinado, sendo natural que terá que haver um contacto prévio com os proprietários a fim de se ter conhecimento sobre o destino a dar aquele equipamento. A CIMRC irá estar presente MIPIM - The Global Urban Festival em Cannes, o maior mercado imobiliário do mundo, reunindo investidores, incorporadores, arquitetos, urbanistas e líderes municipais para discutir o futuro das cidades, tendo os Municípios sido convidados a sinalizar equipamentos e projetos que têm no seu território para que possam ser mostrados, em virtude de neste certame participarem investidores de diversas áreas, pelo que existem no concelho infraestruturas, municipais e privadas, que poderão ser objeto de interesse tendo estas sido sinalizadas perante a CIMRC, podendo estas ser objeto de interesse por parte de algum investidor. A participação do



Município de Góis neste tipo de eventos objetiva alavancar o interesse no concelho permitindo que aquele que foi o passado do concelho possa ser, de alguma forma, reestruturado ou recuperado, servir para aquelas que serão as dinâmicas futuras. Naturalmente que, presentemente, a nossa preocupação é a recuperação de equipamentos, porquanto existem estruturas danificadas, intervenções que vão necessitar de um trabalho interno muito grande e também dos serviços externos, sem descurar aquilo que são os outros interesses do concelho.—

-----O senhor Vice-Presidente referiu que, tal como o senhor Presidente mencionou, presentemente é-nos impossível apresentar uma estimativa dos prejuízos, tendo em conta as ocorrências simultâneas que têm vindo a acontecer, exemplificando que há poucos minutos houve deslizamento de terras na EN342-3, na ligação Cerejal-Candosa, situações com que nos deparamos diariamente, pelo que até as condições atmosféricas melhorarem é-nos impossível apresentar uma estimativa referente aos danos. Sobre a antiga Companhia de Papel de Góis referiu que no anterior mandato foi realizada reunião com o proprietário que apresentou um valor significativo para uma possível aquisição do imóvel. Sobre o Núcleo Museológico referiu ter sido um assunto também abordado no anterior mandato, sendo pretensão avançar com um projeto para o mesmo, porém nos avisos ao PRR não houve qualquer linha para este tipo de equipamentos, sendo nossa prioridade a recuperação da Casa-Alice Sande o mais breve possível, para que possamos avançar para outros projetos, sendo que a antiga Companhia de Papel de Góis será sempre um ativo que terá a nossa atenção.-----

-----Seguidamente, fez alusão à participação da Equipa de Walking Football da AERG no 1º Encontro Nacional de Walking Football Competitivo na Cidade do Futebol, organizado pela Federação Portuguesa de Futebol (FPF), tendo a nossa equipa representado a Associação de Futebol de Coimbra, felicitando todos os intervenientes, prevalecendo-se para que tanto a equipa de Góis, como a das Cortes, possam continuar a participar em torneios desta natureza, por ser uma forma de incentivar a prática desportiva, para pessoas com idades superiores a 50 anos, promovendo a integração e o convívio em prol de uma vida mais ativa. Lembrou que, no próximo fim de semana, irá decorrer a Corrida do Entrudo nas Aldeias do Xisto, na Aigra Nova, apelando a que muitos se associem a este momento de euforia, referindo que se encontram reunidas condições para que o evento se realize, não estando prevista a ocorrência chuva, pelo que estamos a trabalhar, juntamente com a Lousitânea, para proporcionar a todos os

participantes um grande momento de folia. Na última reunião anunciou que o Passeio Rota das Colmeias se iria realizar na mesma data, porém devido às condições atmosféricas que se têm sentido e por uma questão de segurança dos caminhos e estradas, foi o passeio reagendado para o dia 29 de março. Informou que de 25 fevereiro a 1 de março irá decorrer mais uma edição da BTL – Better Tourism Lisbon Travel Market, na FIL, estando o Município de Góis associado ao stand da CIMRC e da AMREN2, convidando o Executivo a associar-se a esta iniciativa, bem como todos que nos acompanham em casa a visitar este certame.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

**2 – PÚBLICO:** Não houve qualquer intervenção por parte do público presente.-----

### **3 – ORDEM DO DIA**-----

**3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR** – De acordo com o determinado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 57º, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia vinte e sete de janeiro de 2026, sendo assinada pelo senhor Presidente e por quem a lavrou.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.2 – ANMP/DISTRIBUIÇÃO DE JORNAIS EM RISCO EM VÁRIOS MUNICÍPIOS** – O senhor Presidente deu conhecimento da posição da ANMP relativamente ao que a VASP pretende levar a efeito no que concerne a ajustamentos na distribuição diária de jornais em diversos distritos do interior do país, o que poderá pôr em causa o acesso regular à imprensa em alguns municípios. Referiu que no Município de Góis essa questão até à data ainda não se colocou sendo que a ANMP discorda de qualquer solução que exclua territórios de distribuição diária de jornais por considerar que tal componente compromete o direito à informação, agrava desigualdades territoriais penalizando especialmente os territórios de baixa densidade. Atendendo à relevância do assunto informou que a ANMP realizou reuniões com o Governo, com a APImprensa e com a VASP, salientando a preocupação dos municípios com a redução da distribuição da imprensa. Ainda nessas reuniões informou que a ANMP procurou obter os elementos, informações e dados que permitam ter uma ideia rigorosa do que está, atualmente, em causa para que quaisquer alternativas ou tentativas de solução possam ser fundamentadas. Referiu ainda, que o Governo informou ter em preparação um conjunto de medidas para o setor da comunicação social que visam proporcionar uma maior sustentabilidade financeira deste sector e uma maior cobertura

do território. Neste momento, a ANMP entende ser necessário aguardar pela implementação das medidas governamentais, continuando a acompanhar a evolução do processo. Naturalmente que nos preocupa o facto de as pessoas deixarem de ter diariamente a possibilidade de terem os jornais em formato de papel, apesar do acesso aos mesmos digitalmente, porém temos que ter em conta a população mais idosa que continua a manter este tipo de hábitos, salientando ser também seu hábito ler os jornais em formato de papel não sendo sua intenção deixar de o fazer, esperando que o Governo tome medidas que vão ao encontro das necessidades da população, desejando que o interior não seja posto de lado e que não seja olhado de uma forma diferenciadora no sentido negativo.-----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu que, com base na comunicação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, foi sinalizado o risco de redução da distribuição de imprensa em concelhos do interior, manifestando aquela entidade discordância face a qualquer solução que exclua territórios como o concelho de Góis, por comprometer o direito à informação e agravar desigualdades territoriais. Sublinhou que, em concelhos com características como Góis, marcados pelo envelhecimento da população e por limitações no acesso aos meios digitais, a imprensa escrita continua a constituir um meio essencial de informação, participação cívica e combate ao isolamento. Alertou ainda que a eventual supressão da distribuição diária de jornais representaria mais um sinal de afastamento do interior. Concluiu afirmando que os Vereadores do Partido Socialista entendem que o Município deve associar-se à posição da ANMP e defender, de forma clara, a manutenção da distribuição diária de jornais, em nome da coesão territorial e do direito à informação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **3.3 – ANMP/REUNIÕES ENTRE A ANMP E O GOVERNO - PRINCIPAIS APONTAMENTOS – O**

senhor Presidente informou que das reuniões realizadas da ANMP com os membros do Governo responsáveis por áreas relevantes para as autarquias locais, nomeadamente, o Fundo destinado à reabilitação das estradas a transferir para os municípios, ao abrigo do Decreto-lei n.º 100/2018, de 28 de novembro, que deverá ser gerido de forma conjunta com os municípios e baseado em critérios de seleção e atribuição de verbas transparentes. Prevê-se que atribua cerca de 500 milhões de euros, para concretizar os cerca de 4.000 km em falta, durante os próximos 5 a 8 anos, relembrando que no caso do IP3 há uma parte do troço que depois de uma primeira



intervenção ficará sob a responsabilidade do Município de Penacova. No caso do Município de Góis referiu que nesta fase não se encontra sinalizada qualquer via que se pretenda transferir. Referiu que a Estamo criou o "Portal da Descentralização", plataforma destinada a operacionalizar a transferência da gestão para os municípios do património imobiliário público sem utilização, sendo que no Município de Góis não existe qualquer edifício que seja do Estado e esteja prevista a transferência para o Município. Referiu ainda, que o Governo está a negociar 4 empréstimos junto do BEI, que pretende fechar no Verão, com as seguintes finalidades: renovação da rede viária municipal; infraestruturas de acolhimento empresarial; loteamento de terrenos para habitação; e financiamento da contrapartida pública nacional dos projetos financiados pelo Portugal 2030. Tratam-se de quatro questões de grande importância para o Município de Góis porquanto temos uma rede viária com várias debilidades, tendo no anterior mandato sido efetuados intervenções num conjunto de estradas no concelho, não somente arruamentos em algumas aldeias, mas também ligação entre outras, pretendendo-se dar continuidade a essa mesmo trabalho. No que concerne às infraestruturas de acolhimento empresarial referiu estar em curso o processo de ampliação da área empresarial de Cortes e a necessidade de termos uma área empresarial em Góis, estando a ser feito um trabalho de forma a que implemente no local escolhido. Sobre o loteamento para habitação referiu estar o processo de loteamento da Quinta do Baião em curso, sendo que relativamente ao financiamento dos projetos financiados pelo Portugal 2030 referiu a existência de um conjunto de candidaturas que se encontram associadas a este financiamento implicando, naturalmente, despesa para o município porquanto há uma parte que não será comparticipada representando esta despesa, pelo que caso haja a possibilidade de se efetuarem as intervenções previstas com financiamento certamente que o faremos de outra maneira. No âmbito do Programa Escolas - perante a insistência da ANMP sobre a importância de serem financiadas, desde já, as escolas de prioridade P3 e as aditadas ao mapeamento — o Governo informou que, tratando-se de um programa para executar até 2033, apenas no final do primeiro semestre será possível avaliar quais as verbas disponíveis para financiar estas escolas. Relativamente à aproximação do término do PRR referiu que o senhor Vereador já mencionou esta situação, sendo também nossa preocupação, sendo preocupante a situação de operações que dificilmente estarão concluídas atempadamente, o Governo continua sem ter respostas cabais que permitam transmitir segurança e previsibilidade

aos municípios. Este assunto tem recorrentemente sido abordado nas reuniões do CI da CIMRC sendo que até à data ainda não obtivemos qualquer resposta cabal e esclarecedora pelo que resta-nos aguardar.-----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu que, relativamente à informação transmitida pela ANMP sobre as recentes reuniões com o Governo, importa deixar algumas notas claras. Assinalou que o anúncio de um fundo para a reabilitação das estradas a transferir para os municípios é, em teoria, positivo, alertando, contudo, para o risco sério de os valores anunciados se revelarem manifestamente insuficientes caso sejam necessárias intervenções de maior complexidade técnica. Considerou que uma estimativa média de cerca de 125 mil euros por quilómetro poderá responder a ações pontuais de conservação, mas não é compatível com intervenções estruturais profundas, designadamente quando estão em causa danos acumulados, instabilidade de taludes, problemas de drenagem, derrocadas ou efeitos de fenómenos meteorológicos extremos. Sublinhou que, no caso concreto do concelho de Góis, caracterizado por orografia acidentada, rede viária em encosta, solos sensíveis e elevada exposição a episódios de intempérie, os custos reais de reabilitação são inevitavelmente superiores à média nacional, advertindo que ignorar esta realidade poderá criar uma ilusão financeira suscetível de comprometer a segurança rodoviária e a sustentabilidade da rede viária municipal. Acrescentou que a descentralização só é responsável se for acompanhada por financiamento adequado, diferenciado e ajustado às especificidades do território, sob pena de se transferirem problemas e riscos para os municípios em vez de soluções. Relativamente ao Portal da Descentralização, registou que, de acordo com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, não está prevista para o concelho de Góis qualquer transferência de património do Estado, salientando, ainda assim, que, caso tal venha a ocorrer, apenas constituirá uma oportunidade se vier acompanhada de meios para a sua recuperação e utilização, sob pena de se traduzir na mera transferência de encargos, riscos e responsabilidades sem financiamento adequado. No que respeita aos empréstimos a negociar com o BEI, considerou que devem ser encarados como uma oportunidade que o Município de Góis deve saber aproveitar, mesmo que implique recurso ao endividamento, designadamente em áreas estruturantes como a rede viária municipal, o acolhimento empresarial, a habitação e as contrapartidas nacionais dos projetos do Portugal 2030, defendendo que é preferível investir com visão estratégica do que adiar decisões por receio

financeiro, desde que exista rigor e planeamento. Por fim, relativamente ao PRR, manifestou preocupação com a proximidade do termo dos prazos sem respostas claras do Governo, situação que, no seu entender, gera insegurança e compromete investimentos essenciais, sublinhando que os municípios necessitam de previsibilidade e não de improvisação permanente. Concluiu que, mais do que anúncios genéricos, os municípios precisam de decisões claras, regras transparentes e respeito pela coesão territorial, princípios que, no seu entendimento, devem orientar a posição do Município de Góis nestas matérias.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **3.4 – ERSUC - PRONÚNCIA DO CONSELHO CONSULTIVO – RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**SOBRE A TARIFA REGULADA** – A Câmara tomou conhecimento da reclamação administrativa apresentada pela ERSUC junto da ERSAR relativa à decisão sobre a tarifa regulada para o período regulatório 2025-2027, bem como da respetiva notificação remetida hoje pela ERSAR.-----

### **3.5 – CONCESSÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS OU FORMANDOS/PROCESSO Nº**

**2026/650.10.100/1** – Foi presente a informação do Serviço Ação Social, Formação, Emprego e Juventude, relativa ao apoio aos estudantes do ensino secundário e superior relativamente ao ano letivo 2025/2026, Processo Nº 2026/650.10.100/1.-----

---A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, retificar a lista definitiva dos Apoios aos Estudantes do Ensino Secundário e Superior - 2025/2026, com a inclusão do apoio constante no processo supramencionado. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

### **3.6 – FOGO CONTROLADO - POVOAMENTOS FLORESTAIS DA MATA DA OITAVA - ENQUADRAMENTO E PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO E ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS – ICNF – Foi**

presente a informação do Gabinete Técnico Florestal e Georreferenciação, datada de 13.01.26, relativa ao Processo Nº 2026/150.10.100/2.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, isentar o ICNF do pagamento da taxa municipal, no valor de 94,98€, relativa à operação de fogo controlado - povoamentos florestais da Mata da Oitava, sendo inequívoco o superior interesse na atuação preventiva do fenómeno dos incêndios rurais, na defesa do património .-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.7 – LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO OU RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2025/450.10.064/13** – O senhor Presidente referiu que o nº 1 do

Artigo 8º do DL 128/2014, de 29 de agosto, na sua redação atual, " O município territorialmente competente realiza, no prazo de 90 dias ou de 60 dias após a apresentação da comunicação prévia com prazo, consoante a unidade de alojamento local em processo de registo se situe em área de contenção ou não, uma vistoria para verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no presente decreto-lei, sem prejuízo dos demais poderes de fiscalização que legalmente lhe assistem, pelo que nestes termos propôs à Câmara Municipal a marcação e realização da vistoria nos termos legais.-----

----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, proceder à marcação e realização da respetiva vistoria.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.8 – LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO OU RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2025/450.10.064/14** – O senhor Presidente referiu que o nº 1 do

Artigo 8º do DL 128/2014, de 29 de agosto, na sua redação atual, " O município territorialmente competente realiza, no prazo de 90 dias ou de 60 dias após a apresentação da comunicação prévia com prazo, consoante a unidade de alojamento local em processo de registo se situe em área de contenção ou não, uma vistoria para verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no presente decreto-lei, sem prejuízo dos demais poderes de fiscalização que legalmente lhe assistem, pelo que nestes termos propôs à Câmara Municipal a marcação e realização da vistoria nos termos legais.-----

----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, proceder à marcação e realização da respetiva vistoria.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.9 – LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO OU RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2026/450.10.064/01** – O senhor Presidente referiu que o nº 1 do

Artigo 8º do DL 128/2014, de 29 de agosto, na sua redação atual, " O município territorialmente competente realiza, no prazo de 90 dias ou de 60 dias após a apresentação da comunicação prévia com prazo, consoante a unidade de alojamento local em processo de registo se situe em área de contenção ou não, uma vistoria para verificação do cumprimento dos requisitos

estabelecidos no presente decreto-lei, sem prejuízo dos demais poderes de fiscalização que legalmente lhe assistem, pelo que nestes termos propôs à Câmara Municipal a marcação e realização da vistoria nos termos legais.-----

----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, proceder à marcação e realização da respetiva vistoria.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.10 – INFORMAÇÃO TÉCNICA SOBRE OS PARECERES NO ÂMBITO DO RJAAR** – Foi presente a informação do Gabinete Técnico Florestal e Georreferenciação, datada de 05.02.26, relativa aos pareceres no âmbito RJAAR, Processo Nº 2022/150.10.100/47.-----

-----O senhor Presidente referiu que o Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho estabelece o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais. Neste sentido, referiu que o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P., de acordo com o artigo 9º do diploma legal anteriormente referido, solicitou parecer da Câmara Municipal de Góis, nomeadamente o enquadramento nos planos municipais de ordenamento do território, nomeadamente no Plano Diretor Municipal e no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Góis, para os pedidos de autorização prévia para as ações de (re)arborização, tendo para o efeito dado conhecimento dos processos em questão.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, emitir parecer favorável ao pedido de autorização prévia para as seguintes ações de (re)arborização:-----

----a) PR.005150.2026;-----

----b) PR.005093.2026;-----

----c) PR.005092.2026;-----

----d) PR.005033.2026;-----

----e) PR.005006.2026;-----

----f) PR.006851.2025;-----

----g) PR.006817.2025;-----

----h) PR.006799.2025;-----

----i) PR.006744.2025;-----

----j) PR.006793.2025;-----

- l) PR.006701.2025;-----
- m) PR.006700.2025; -----
- n) PR.006690.2025; -----
- o) PR.005185.2026;-----
- p) PR.005036.2026.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.11 – AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM REGIME DE BAIXA TENSÃO NORMAL, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E MÉDIA TENSÃO, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA EM REGIME DE MERCADO LIVRE EM PORTUGAL (CNCM–AQ/105/2024) – LOTE 1, PROMOVIDO PELA CENTRAL NACIONAL DE COMPRAS MUNICIPAIS (CNCM)** – Foi presente a informação da DAG – Serviço de Contratação Pública, datada de 30.01.26, relativa ao Processo Nº 2026/300.10.005/317.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:-----

-----a) Adotar o procedimento de Ajuste Direto ao abrigo de Acordo-Quadro, nos termos do nº 1, do artigo 258º, do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual. -----

-----b) Que nos termos do nº 1 e para os efeitos previstos nos nºs 2, 3 e 4, do artigo 290º-A, do CCP, nomear como Gestora do Contrato a Técnica Superior, Susana Catarina Brito Santa Cruz no e como sua suplente, a Assistente Técnica, Sílvia Cristina de Oliveira Ferreira Alvarinhas. -----

-----c) Aprovar o Caderno de Encargos e o Programa de Concurso. -----

-----d) Que, nos termos do disposto no nº 1, do artigo 88º e 89º, do CCP, seja exigida a prestação de uma caução de 5% (cinco por cento), a qual deverá ser prestada nos termos previstos no artigo 90º, do CCP.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.12 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES** – O senhor Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia quatro de fevereiro do ano em curso, cujo documento constitui o Anexo I da presente Ata.-----

**3.12.1 – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA** – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 5.578,44€, relativo ao Projeto 30: Brigada de Sapadores Florestais - Componente

Fixa - Ano 2026.-----

**3.12.2 – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA** – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 1.904.69 € relativa ao Projeto 131: Parque de Máquinas Intermunicipal - Componente Fixa - ano 2026.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

**3.13 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA** – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria do dia nove de fevereiro do ano em curso, no montante de quatro milhões, duzentos e setenta e um mil, duzentos e sessenta e oito euros e cinquenta e cinquenta e um cêntimos.-----

**4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; CONCESSÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS OU FORMANDOS/PROCESSO Nº 2026/650.10.100/1; FOGO CONTROLADO - POVOAMENTOS FLORESTAIS DA MATA DA OITAVA - ENQUADRAMENTO E PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO E ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS – ICNF; LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO OU RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2025/450.10.064/13; LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO OU RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2025/450.10.064/14; LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ALOJAMENTO OU RESTAURAÇÃO/PROCESSO Nº 2026/450.10.064/01; INFORMAÇÃO TÉCNICA SOBRE OS PARECERES NO ÂMBITO DO RJAAR; AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM REGIME DE BAIXA TENSÃO NORMAL, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E MÉDIA TENSÃO, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA EM REGIME DE MERCADO LIVRE EM PORTUGAL (CNCM–AQ/105/2024) – LOTE 1, PROMOVIDO PELA CENTRAL NACIONAL DE COMPRAS MUNICIPAIS (CNCM); MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.-**

-----E, não havendo outros assuntos a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas onze horas e vinte e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária.-----

O Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_